

Cotação

- Dólar: R\$ 5,67
- Euro: R\$ 6,15



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-feira • 21 de Março 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	22 de Março
<ul style="list-style-type: none">• Dia Mundial da Poesia• Dia Internacional Contra a Discriminação Racial• Dia Internacional da Síndrome de Down• Dia Universal do Teatro	<ul style="list-style-type: none">• Dia Mundial da Água

Agenda do Prefeito

Hoje	22 de Março
<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Nova Imprensa • Diário Caiçara • Notícias das Praias • Jornal do Litoral • Ubatuba Times • G1 Vanguarda

Índice

Política.....	3
O Estado de São Paulo.....	3
O Estado de São Paulo.....	4
O Estado de São Paulo.....	5
O Estado de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
Folha de São Paulo.....	9
Folha de São Paulo.....	10
Folha de São Paulo.....	11
Cotidiano.....	12
Folha de São Paulo.....	12
Caraguatatuba investiga gastos irregulares de R\$ 8,7 milhões do fundo trabalhista de funcionários da João Marchesi para outras despesas.....	13
Coren-SP realiza Fórum de Qualidade do Ensino Técnico de Enfermagem em Caraguatatuba.....	14
Caraguatatuba retoma Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca após quatro anos.....	15
Geral.....	16
Carreta tomba na Tamoios e trânsito é desviado por acostamento para limpeza da pista..	16
Denúncia do Shopping Serramar resulta em operação contra estelionato; seis são presos e carros de luxo são apreendidos. Entenda.....	17
Clipping Eletrônico.....	18
Entrevista com o Presidente da Fundacc, Adba Cuba para a TV Câmara.....	18

Política

O Estado de São Paulo

CNJ cria limite a penduricalho e juiz pode receber o dobro do teto constitucional

— Limite de R\$ 46,3 mil para ganhos extras foi definido por corregedor em pedido do TJ de Sergipe; subsídio alcança R\$ 92,6 mil e decisão pode ser adotada por todos os tribunais do País

RAYSSA MOTTA

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu, em um questionamento do Tribunal de Justiça de Sergipe, que os penduricalhos pagos pelas Cortes a magistrados podem chegar ao limite de R\$ 46,3 mil mensais – valor que corresponde à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na prática, portanto, a decisão do órgão de administração do Poder Judiciário abre caminho para a adoção nos tribunais brasileiros de um teto para remuneração dos magistrados de R\$ 92,6 mil mensais, o dobro do que estabelece a Constituição para o funcionalismo público.

É a primeira vez que o CNJ estabelece um limite para os extras que engordam contracheques de juízes e desembargadores. O teto para os penduricalhos foi definido pelo ministro Mauro Campbell, corregedor do CNJ, ao analisar um pedido do TJ de Sergipe para pagar o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) retroativo aos magistrados do Estado.

Em vários tribunais o acúmulo de penduricalhos garante a magistrados subsídios que resultam em “supersalários”. Isso ocorre porque, embora a Constituição limite o subsídio do funcionalismo público ao que ganha um ministro do STF, magistrados recebem auxílios que não entram nesse cálculo. Verbas indenizatórias (como auxílios para transporte, alimentação, moradia e saúde) e vantagens eventuais (como 13.º salário, reembolso por férias atrasadas e eventuais serviços extraordinários prestados) são contadas fora do teto.

Como mostrou o **Estadão**, magistrados receberam salários de até R\$ 678 mil em 2024 (mais informações nesta página).



Ato de Campbell deve 'inspirar adoção por todos os tribunais', diz CNJ

na). Quando questionados sobre os benefícios, tribunais costumam alegar que eles estão previstos em legislações específicas, resoluções administrativas e regimentos internos.

VÁLIDOS. Sepor um lado a decisão da Corregedoria Nacional de Justiça estabelece um limite objetivo para os ganhos extras na magistratura, por outro reconhece como válidos os pagamentos que estouram o teto constitucional. A decisão não é impositiva. Formalmente, os tribunais não são obrigados a observar o valor, mas podem sofrer punições se a Corregedoria do órgão do Judiciário for acionada.

Em nota, o CNJ informou que a decisão não tem “efeitos vinculantes”, mas deve “inspirar a adoção de providências idênticas por todos os tribunais” (mais informações nesta página).

Os TJs têm autonomia administrativa e financeira, mas a Corregedoria Nacional de Justiça pode anular atos e decisões de gestão se considerar que há ilegalidade.

LUÍZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ - 9/30/2024

Decisão visa estabelecer um 'critério objetivo', afirma Conselho

O Conselho Nacional de Justiça afirmou, em nota, que a decisão da Corregedoria “foi tomada para se instituir um critério objetivo”. “A limitação estabelecida na decisão teve como baliza para o pagamento de valores retroativos ao teto remuneratório do funcionalismo público.”

O comunicado ressalta que a “decisão monocrática” do corregedor nacional de Justiça “é passível de impugnação por recurso ao plenário” do CNJ. ●**R.M.**

da cinco anos e não entra no cálculo do teto remuneratório. Tribunais vêm pagando o bônus com base em decisão do Conselho da Justiça Federal que restabeleceu o penduricalho no âmbito da Justiça Federal. A medida foi “copiada” por tribunais estaduais e do Trabalho.

Campbell afirmou na decisão que não há “qualquer notícia de impedimento na seara jurisdicional ou administrativa para o pagamento em questão” e autorizou o ATS retroativo com a advertência de que o Tribunal de Sergipe deve observar a “disponibilidade financeira e orçamentária do Poder Executivo, devendo, ainda, abster-se de requerer suporte financeiro complementar para implementação da despesa pública”.

'EXTRATETO'. Para Guilherme Stumpf, advogado especialista em Direito Administrativo, a decisão legaliza uma espécie de “extrateto”. “O regime de subsídio foi instituído justamente para acabar com todos esses penduricalhos e se criar uma forma única de vencimento. O que se vê a

todos momentos são tentativas de furar o teto ou de criar coisas que se somem a ele”, criticou.

O advogado observou que os benefícios para carreiras do Judiciário e do Ministério Público vêm sendo criados administrativamente, sem passar pelo crivo do Legislativo e sem parâmetros claros. “É preciso que possamos discutir essas questões abertamente e que o próprio Judiciário se proponha e participe do debate. Invaliar qualquer crítica ao sistema remuneratório por si só acaba enfraquecendo a transparência. É urgente que discutamos isso de forma franca.”

Stumpf avaliou que, embora não tenha efeito vinculante, a decisão tende a ser seguida pelos tribunais do País. “É verdade que a decisão determina que tais pagamentos devem estar condicionados à disponibilidade financeira de cada Estado. Na prática, contudo, não há qualquer garantia de que os tribunais não irão requerer abertura de créditos aos governadores para pagamento dessa despesa”, afirmou.

PROJETO. A PEC do Corte de Custos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prevê, entre outras medidas, acabar com salários acima do teto no funcionalismo público. A proposta gerou forte reação nos tribunais e nas associações de magistrados, que vêm criticando duramente qualquer hipótese de mudança.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), também busca pautar o debate. Em decisão recente, o ministro classificou a concessão de benefícios a magistrados fora do teto do funcionalismo público como “inaceitável vale-tudo”. ●

Teto dobrado

R\$ 46,3 mil é o limite definido pelo CNJ para penduricalhos pagos a magistrados. Com isso, a remuneração pode ser o dobro da prevista no teto constitucional



NA WEB
Suíssonno Privilegio: O que é a
"dezenbrada", assista ao programa
www.estadao.com.br/

O Estado de São Paulo

Inquérito do golpe

Advogados de Bolsonaro e Braga Netto acionam OAB contra Moraes

Defesas de acusados alegam que ministro do Supremo comete 'ilegalidades' e pedem que entidade tome 'providências cabíveis'

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

As defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), do general Walter Braga Netto e do coronel Marcelo Costa Câmara acionaram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) alegando que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), está cometendo "ilegalidades" e violando prerrogativas da advocacia no inquérito do golpe.

Os advogados pedem que a

OAB "tome as providências que entender cabíveis e necessárias para garantir que as prerrogativas profissionais dos advogados postulantes sejam respeitadas e garantidas". "Os advogados postulantes se encontram de mãos atadas frente às diversas negativas de pleitos que são necessários ao exercício de sua profissão."

A Primeira Turma do STF vai começar a julgar na próxima terça-feira a denúncia que atribui plano de golpe a Bolsonaro e aliados.

'FIGURATIVA'. As defesas dos acusados por tentativa de golpe de Estado defendem, ainda, uma intervenção "urgente" da OAB no caso. "A impossibilidade de contar amplamente com tais garantias implica o cerceamento da ampla defesa, impe-

de o contraditório efetivo e viola o devido processo legal, tornando a atuação advocatícia meramente figurativa."

Os defensores insistem que não tiveram acesso a todas as provas da investigação, como à íntegra das conversas extraídas dos celulares apreendidos pela Polícia Federal durante diligências. Também afirmam que os advogados dos denunciados receberam HDs com conteúdos diferentes.

SIGILO. Moraes levantou o sigilo dos autos depois de receber a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR). São 18 volumes de documentos que somam mais de 3 mil páginas. A delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, também foi tomada pública. O STF deu publicidade aos anexos do termo de colaboração, tanto em vídeo como por escrito.

O ministro ainda compartilhou com todos os 34 acusados provas de investigações sigilosas que têm relação com a denúncia do inquérito do golpe. São apurações que envolvem, por exemplo, o aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o uso da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para influenciar as eleições de

"Os advogados postulantes se encontram de mãos atadas frente às diversas negativas de pleitos que são necessários ao exercício de sua profissão"

Advogados de Jair Bolsonaro, Walter Braga Netto e Marcelo Câmara

Em manifestação à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

2022 e os atos golpistas do 8 de Janeiro em Brasília.

'INCOMPLETO'. Segundo os advogados, no entanto, o material não está completo e inviabiliza o exercício integral do direito de defesa. "O acesso aos autos, neste caso, não é o mesmo que o acesso à prova", afirmam na representação à OAB. "A verdade é que a quantidade de informações desorganizadas camufla as ausências enquanto impede a defesa."

Os advogados afirmam também que, mesmo após o ofere-

cimento da denúncia, o ministro do Supremo impõe "obstáculos" para o trabalho das defesas. "O caso é grave, mostra-se inédito até mesmo para os processos menos democráticos que, na história recente, ocuparam as Cortes, as tribunas e as notícias."

Outra reclamação dos criminalistas é em relação a prazos. Eles alegam que não tiveram prazo adequado para preparar as defesas prévias a serem apresentadas perante a Corte. A Procuradoria-Geral da República levou 83 dias para preparar a denúncia. A defesa de Bolsonaro chegou a pedir o mesmo tempo para responder às acusações, mas Moraes negou a extensão do prazo.

PREJUÍZO. Os advogados afirmam que, pela jurisprudência do Supremo, o prazo deveria contar em dobro, porque há muitos investigados e os autos do processo são físicos, ou seja, não estão integralmente digitalizados. "Assim, constata-se que a negativa de prazo em dobro gerou incontestável cerceamento de defesa, que resultou no prejuízo concreto de ter sido apresentada resposta à denúncia sem tempo hábil para análise minuciosa e efetiva dos diversos procedimentos que compõem o caso." ●

O Estado de São Paulo

PL terá 77 vezes mais verba em emendas de comissão do que PT

Partido de Bolsonaro vai ter R\$ 6,7 bilhões à disposição; valor é puxado pela Comissão de Saúde, que está sob comando da legenda

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

O Partido Liberal (PL), legendado ex-presidente Jair Bolsonaro, comandará a maior parte da verba das emendas de comissão na Câmara. Os parlamentares aprovaram ontem a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que deixa as comissões presididas pelo PL com R\$ 6,7 bilhões à disposição. O valor é 77 vezes maior do que o montante controlado pelo PT (R\$ 87,5 milhões).

A diferença se deve, em grande parte, à Comissão de Saúde, que terá R\$ 4,98 bilhões para destinar. O colegiado será presidido pelo deputado Zé Vitor (PL-MG). Mesmo integrando o PL, o mineiro disse ter boa relação com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT).

A maior parte do montante à disposição do colegiado vem de emendas de comissão propriamente ditas (R\$ 3,8 bilhões), mas há também R\$ 1,1 bilhão de remanejamentos de verbas do Executivo, identificadas com os marcadores RP-2 (R\$ 150 mil) e RP-3 (R\$ 1 bilhão).

Depois do PL, os partidos com mais verba de emendas de comissão na Câmara são o União Brasil (R\$ 1,2 bilhão) e o PSD (R\$ 1,1 bilhão). Juntos, os três partidos terão sob seu controle R\$ 9,1 bilhões, ou 88% da verba sob comando das comissões da Casa. Ao todo, as comissões da Câmara vão dispor de R\$ 10,3 bilhões. O montante inclui tanto a verba das emendas de comissão (R\$ 7,66 bilhões) quanto os remanejamentos (R\$ 2,68 bilhões).

Além da Comissão de Saúde, o PL chefiará a Comissão de Turismo (R\$ 2,2 bilhões). O colegiado será presidido pelo deputado Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), ministro do Turismo no governo Bolsonaro. Em 2019, ele foi denunciado pelo Ministério Público Eleitoral de Minas por uso de candidaturas laranjas em 2018. O deputado nega.

As outras duas comissões bilionárias da Câmara, na LOA de 2025, são as de Integração Nacional (R\$ 1,19 bilhão) e de Esporte (pouco mais de R\$ 1 bilhão). A primeira ficará sob o comando de Yandra Moura (U-

nião Brasil-SE), e a segunda, com Laura Carneiro (PSD-RJ). A comissão mais aquinhoadada sob comando do PT é a de Finanças e Tributação, comandada por Rogério Correia (MG). O colegiado não dispõe de emendas de comissão formais, identificadas pelo código RP-8, mas terá R\$ 60,5 milhões remanejados de verbas do Executivo (RP-2).

FORMAIS. Das comissões da Câmara, só seis terão emendas de comissão formais. Todas as outras 24 receberão remanejamento de verbas do Executivo, em montantes que variam de R\$ 411 milhões (Desenvolvimento Urbano) a R\$ 30 mil (Defesa do Consumidor). Ainda não está claro como serão a execução e a prestação de contas dessas verbas, nem se haverá transparência na destinação do dinheiro.

Na semana passada, o Congresso aprovou, em sessão conjunta, novas regras para emendas parlamentares. Nas emendas de comissão, há a possibilidade de a verba ser executada por indicação dos líderes das bancadas, omitindo o nome do parlamentar que decidiu pelo envio dos recursos. ●

Recursos

R\$ 10,3 bi

é o valor total à disposição das comissões da Câmara

ORÇAMENTO PASSA COM MAIS RECURSOS PARA EMENDAS E SUPERÁVT INFLADO. PÁG. B1

O Estado de São Paulo

Crime cibernético

Senado aprova pena mais alta para quem manipula foto de mulher com IA

Em caso de violência psicológica, pena será aumentada se houver prática de deep fake – falsificação de imagens e vídeos

.....

CAIO POSSATI

.....

O Senado Federal aprovou o aumento de pena para o crimes contra a mulher quando praticados com uso de inteligência artificial para manipulação de imagem e vídeo – o que é conhecido como deep fake – ou de qualquer recurso tecnológico que altera a imagem ou a voz da vítima.

A proposta, apresentada por meio do Projeto de Lei 370/2024, de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), vai agora para a san-

ção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida altera a redação dos crimes previstos nos artigos: 147-B (violência psicológica contra mulher), que prevê pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa; e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal, atualmente com pena de reclusão de 1 a 5 anos.

No primeiro caso, a pena de reclusão de seis meses a dois anos e a multa serão aumentadas na metade, enquanto para o crime previsto no artigo 218-C, a redação passará a ter uma pena de 2 a 6 anos de reclusão.

Para justificar o projeto, a parlamentar disse que o avanço da tecnologia e a disseminação de redes sociais e aplicativos eletrônicos levaram os “in-

fratores a utilizar ferramentas cada vez mais sofisticadas para cometer delitos”.

VÍDEOS DE CUNHO SEXUAL.

“Atualmente, os agentes empregam a inteligência artificial para criar deep fakes – imagens, vídeos ou áudios falsos que parecem autênticos – e, assim, falsificar fotografias e ví-

.....

Em números

38.507

mulheres sofreram violência psicológica em 2023, 33,8% a mais do que o registrado em 2022

1,2 milhão

delas sofreram algum tipo de agressão em 2023

O Estado de São Paulo

Orçamento está longe de equilibrar as contas do governo, diz especialista

De acordo com diretor da IFI, nível elevado de despesas obrigatórias é problema que vai exigir crescimento das receitas

DANIEL WETERMAN
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana, considera que o Orçamento aprovado ontem pelo Congresso Nacional ainda está distante de equilibrar as contas do governo, a ponto de estancar o crescimento do endividamento público – que atingiu 75,3% do PIB em janeiro e deve ultrapassar os 80% do PIB no fim do ano.

“O Orçamento é uma bússola e tem uma solidez de projeções, mas a realidade vai indicar o grau de irrealismo da peça orçamentária”, diz Pestana.



Randolfre, Alcolumbre e Angelo Coronel comemoram aprovação

O forte comprometimento do Orçamento com despesas obrigatórias – como salários, aposentadorias e transferências diretas de programas sociais, como o Bolsa Família – ainda é um pro-

blema a ser enfrentado, e o Orçamento continua dependendo do crescimento das receitas. No primeiro bimestre de 2025, o governo registrou crescimento real (acima da inflação) de 3% na arre-

O resultado daqui para frente, no entanto, pode ser impactado pelo desempenho da economia, pela redução da massa salarial, pelo aumento da taxa de juros e pelo cenário internacional de incertezas decorrente das políticas do presidente americano, Donald Trump.

“Não vemos dificuldade de o governo cumprir a meta, mas isso se dá num quadro muito distante de um objetivo estratégico, que é gerar um superávit primário de 2,5% do PIB para estancar o crescimento da dívida, e com um patamar de investimentos absolutamente medíocre comparado a outros países com taxas mais promissoras”, afirma Pestana.

Os investimentos somaram R\$ 89,4 bilhões no relatório orçamentário, valor considerado por ele reduzido quando comparado a um Orçamento da ordem de R\$ 2,3 trilhões.

RESTRIÇÃO MENOR. O governo conseguiu reverter, em negociação de última hora, uma restrição que havia sido imposta pelo relator, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), a uma manobra do Executivo para remanejar, sem autorização do Legislativo, 30% de suas despesas. O parlamentar havia restringido a autorização a 10% dos gastos da União, mas, após interrupção da votação ainda na Comissão de Mista de Orçamento, aceitou o percentual

nalto.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também conseguiu a autorização para remanejar, sem autorização do Parlamento, 25% das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – o equivalente a R\$ 15 bilhões.

“O Orçamento é uma bússola e tem uma solidez de projeções, mas a realidade vai indicar o grau de irrealismo da peça orçamentária”

Marcus Pestana
Diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Com isso, o Planalto poderá acomodar os gastos com o programa Pé-de-Meia – bolsa paga a estudantes do ensino médio para incentivar a permanência dos jovens e adolescentes nos estudos – no Orçamento, como determinou o Tribunal de Contas da União (TCU), em até 120 dias, sem recorrer à autorização do Congresso para cancelar outras despesas como compensação.

De acordo com o senador Randolfre Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, apesar do sinal verde ao remanejamento o governo enviará um projeto de lei para inserir no Orçamento o Pé-de-Meia. ●

Folha de São Paulo



Sidônio Palmeira, ministro da Secom, e Lula, em evento no Palácio do Planalto. Adriano Machado - 18.mar.25/Reuters

Ofensiva publicitária do governo Lula tenta reverter queda na sua popularidade

Propaganda sobre isenção de Imposto de Renda começa a circular; peça de tom nacionalista deve ser veiculada na próxima semana

Catia Seabra e Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo lança a partir desta semana um pacote de campanhas publicitárias na tentativa de deter a queda de popularidade do presidente Lula (PT).

A ofensiva terá três grandes eixos: propaganda sobre isenção de Imposto de Renda até R\$ 5.000, nacionalismo brasileiro e defesa de grandes programas, como Farmácia Popular e Pé-de-Meia.

Em janeiro, na primeira reunião ministerial de 2025, o recém-empossado Sidônio Palmeira, titular da Secom (Secretaria de Comunicação), apresentou um cronograma para reversão do quadro dentro de três meses. O prazo se encerra em abril.

Segundo pesquisa Datafolha de fevereiro, a aprovação do governo é de 24%, o menor índice nos três mandatos de Lula, contra 41% de rejeição, também recorde.

A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000 é uma das vedetes da contraofensiva de comunicação. As peças serão lançadas no digital e em rádio e TV. A cargo da agência Nacional, a divulgação começou nesta quinta (20).

Antes mesmo de tomar posse, Sidônio defendeu que a campanha fosse levada ao ar em meio ao ajuste fiscal anunciado pela equipe econômica. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), se opôs sob o argumento de que a proposta nem sequer havia sido encaminhada ao Congresso.

Auxiliares de Lula esperam melhorar sua popularidade junto à classe média com a proposta, que chegou à Câmara na quarta (19).

Na tarde desta quinta, cards e vídeos começaram a rodar nas re-

des sociais. O principal mote é de que a proposta se trata de justiça, lembrando que a compensação será por taxaço dos mais ricos.

"Sabe o que é justo? Renda mais baixa, menos imposto, e um pouco mais de contribuição de quem ganha muito mais. É isso que vai virar realidade no nosso país", diz um dos posts no Facebook, com informação de que o governo enviou o projeto ao Congresso.

As propagandas destacam ainda que quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000 terá isenção parcial. Nesses casos, o desconto sobre o imposto a pagar será decrescente, até zerar.

Em um dos cards, o governo compara como é hoje e como ficará no ano que vem, se a proposta for aprovada, para quatro profissionais diferentes: motorista, professora, profissional autônomo e enfermeira.

Além do IR, o governo lançará uma campanha com a marca "Brasil dos brasileiros", descrita

Os três eixos da estratégia para reverter a alta desaprovação do governo

- Propaganda sobre isenção de Imposto de Renda para salários de até R\$ 5.000

- Campanha com a marca "Brasil dos brasileiros", tentativa de furar a bolha de eleitores bolsionaristas e retomar os símbolos nacionais

- Divulgação de balanço dos dois anos do governo, dando destaque a programas como Farmácia Popular e Pé-de-Meia

como uma tentativa de furar a bolha de eleitores bolsionaristas e retomar os símbolos nacionais.

A frase é a mesma do boné azul usado por governistas durante as eleições de Senado e Câmara, que gerou disputa entre base e oposição no plenário, em fevereiro. Segundo integrantes do governo, a campanha buscará valorizar o povo brasileiro, como ele lida com o dia a dia, com tom de empatia com o próximo. Terá a cara que o governo buscará passar.

Com lançamento previsto para a segunda (23), a campanha faz alusão a diferenças regionais para apontar que, em comum, há o orgulho de ser brasileiro.

Essa campanha será dividida em três etapas, e rodada em diferentes estados, começando pela Bahia — estado dos ministros da Secom e da Casa Civil, e um dos principais redutos petistas.

Em outra frente, haverá uma campanha de balanço dos dois anos do governo. A ideia é mostrar programas como Farmácia Popular e Pé-de-Meia como conquista de todos os brasileiros.

O governo também elabora campanha cujo mote é "prospere mais". A ideia é reunir medidas voltadas a empreendedores. A estratégia inclui a distribuição de material a parlamentares da base e apoiadores do governo.

A veiculação de propaganda em abril e maio também serve para o cálculo da média anual que servirá de base para o primeiro semestre de 2026, um ano eleitoral. Se o governo não gastar o dinheiro reservado para publicidade até maio, data de vencimento dos contratos, cairá a cota a que tem direito para o próximo ano.

Folha de São Paulo

Bolsonaro precisaria alegar que sofre perseguição para obter asilo político

Ex-presidente já disse não rechaçar ideia; defesa e ele agora descartam possibilidade

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Se pedir asilo político, e se este for concedido por algum país com embaixada no Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pode tentar se esquivar de possível prisão decorrente de condenação em processo sobre a trama golpista de 2022.

O asilo pode ser solicitado por qualquer pessoa que se considere perseguido político, mesmo se esse não for, de fato, o caso. Para ocorrer, basta que a embaixada estrangeira aceite o pedido. Entretanto, instituições brasileiras como o Ministério Público Federal podem pedir a prisão preventiva do ex-presidente se, com base em fatos contemporâneos e concretos, identificarem que ele busca escapar da Justiça.

Apesar de já ter admitido a possibilidade publicamente, Bolsonaro negou na terça (18), em entrevista à revista Oeste, que vá pedir o asilo depois de a oposição aventar que o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) possa ter decidido não voltar ao Brasil para "preparar" a fuga do pai.

O ex-mandatário tem em seu histórico episódios que podem ser considerados indícios de que apelaria ao asilo em caso de condenação, como a fala sobre o tema em novembro passado, estada na embaixada da Hungria, em fevereiro de 2024, e viagem aos EUA após perder as eleições.

Atualmente, ele é denunciado sob acusação de liderar a trama golpista. Na próxima terça (25), acompanhará a sessão no STF (Supremo Tribunal Federal) que vai decidir se vira réu. Se a denúncia for aceita, será julgado pelo tribunal. Se condenado, pode pegar mais de 40 anos de prisão e aumentar a inelegibilidade, hoje até 2030.

Bolsonaro já admitiu a possibilidade de pedir refúgio para evitar a prisão em entrevista dada ao UOL em novembro, dias de



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no aeroporto de Brasília Adriano Machado - 6.mar.25/Reuters

Deputado dos EUA pede sanções a Moraes

O deputado republicano Rich McCormick enviou carta pedindo sanções dos EUA ao ministro do STF Alexandre de Moraes e, no X, instou colegas a assiná-la.

"Encorajamos fortemente nossos colegas no Congresso e no Senado a se juntarem a nós na assinatura desta carta em defesa da liberdade nesta nação [o Brasil]", disse. Em outra postagem, chamou Moraes de "juiz ditatorial"

pois de ter sido indiciado pela Polícia Federal em razão da tentativa de golpe.

"Embaixada, pelo que vejo na história do mundo, quem se vê perseguido, pode ir para lá. Se eu devesse alguma coisa, estaria nos EUA, não teria voltado", disse. Sua defesa nega que ele tenha, com a frase, admitido a chance. "Ao contrário, disse que se quisesse fugir, teria ficado nos EUA", disse à Folha. "De forma que o asilo não é uma possibilidade. O presidente vai permanecer no Brasil e respeitar o processo penal."

Bolsonaro tem no histórico ao menos mais dois fatos que poderiam indicar sua predisposição em adotar a medida caso sua situação se complique na Justiça.

Em fevereiro de 2024, ele ficou dois dias na embaixada da Hungria. A estada se deu quatro di-

as depois de a PF ter retido seu passaporte em razão das investigações envolvendo a tentativa de golpe.

Depois que o caso veio a público, afirmou que a intenção não era pedir asilo, mas dialogar com autoridades internacionais. A PF abriu investigação para apurar o episódio, mas o ministro do STF Alexandre de Moraes arquivou a ação por falta de evidência de que o ex-presidente tenha tentado o asilo.

Já no relatório que fundamentou o indiciamento do ex-mandatário por participação na trama golpista, a PF sinalizou que Bolsonaro teria viajado aos EUA após perder as eleições de 2022 a fim de dificultar sua localização e eventual aplicação da lei.

A tentativa de frustrar a aplicação da lei penal com o asilo, por

exemplo, pode ensejar a prisão preventiva. Episódios antigos, entretanto, não podem ser usados posteriormente para fundamentar pedido de prisão, diz Jordan Tomazelli, mestre em direito processual pela Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo). "Planejar, tentar ou executar plano visando frustrar futura aplicação da lei penal, a princípio, não é crime algum, por isso não comportaria prisão em flagrante. Essa conduta atenderia a um requisito previsto no CPP [Código de Processo Penal] para decreto de prisão preventiva, em dispositivo legal que visa resguardar o regular andamento do processo", diz.

Segundo Evandro Menezes de Carvalho, professor de direito internacional da UFF (Universidade Federal Fluminense) e da FGV Rio, Bolsonaro precisaria ir até uma embaixada ou consulado para fazer o pedido de asilo.

Se a embaixada aceitasse, o governo brasileiro poderia conceder um salvo-conduto ao ex-presidente, de maneira que ele pudesse sair de lá e ir diretamente a um aeroporto para pegar um avião com destino ao país que concedeu o asilo.

Outro cenário possível seria o Brasil não conceder o salvo-conduto. Nesse caso, Bolsonaro ficaria na condição de asilado dentro da embaixada, onde estaria protegido em razão da inviolabilidade do espaço.

Atualmente, Bolsonaro não poderia, como fez Eduardo, viajar a outro país e pedir o asilo no exterior, pois está com o passaporte retido pela Justiça. Eventual concessão de asilo a seu filho, porém, poderia beneficiá-lo, já que indicaria a predisposição dos EUA a fazer o mesmo com o ex-mandatário, interpreta Carvalho.

Clarisse Laupman, professora de direito internacional da PUC-SP, explica que o asilo político está previsto no artigo 4º da Constituição. Para consegui-lo, o proponente precisa convencer a embaixada de que é perseguido político, já que o instituto não vale para crimes comuns, no qual se enquadra a tentativa de golpe imputada a Bolsonaro.

A concessão do asilo tem grau de subjetividade. "Não é só uma questão jurídica, é também política, cultural, ideológica", afirma.

Folha de São Paulo

Imprensa só será punida por entrevista se souber de conteúdo falso, define STF

Corte estabelece que responsabilização também pode ocorrer caso o veículo não assegure direito de resposta a quem for acusado injustamente de crimes ao vivo

Ana Pompeu

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) definiu nesta quinta (20) que veículos de imprensa só serão responsabilizados por declarações dadas por terceiros se ficar comprovado conhecimento prévio da falsidade da afirmação ou culpa grave.

Como regra geral, a empresa não será responsável por falas de entrevistados.

Segundo a decisão, em entrevistas ao vivo, o veículo não poderá ser responsabilizado se o entrevistado acusar falsamente alguém de praticar um crime. Mas, para evitar isso, tem de assegurar o direito de resposta em iguais condições, espaços e destaque.

Os ministros conversaram nos bastidores para buscar um consenso em relação à definição do caso e reduzir as discordâncias. Assim, depois de os 11 ministros se reunirem, o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, abriu a sessão com a leitura do texto concluído pelo colegiado. O julgamento teve resolução em pouco mais de cinco minutos.

A primeira parte do texto, feito em três itens, diz que, "na hipótese de publicação de entrevista por quaisquer meios em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se comprovada sua má-fé caracterizada: pelo dolo demonstrado em razão do conhecimento prévio da falsidade da declaração ou [por] culpa grave decorrente da evidente negligência na apuração da verdade do fato e na sua divulgação ao público sem resposta do terceiro ofendido ou ao menos em busca do contraditório pelo veículo".

Além ainda do trecho sobre entrevistas ao vivo, o terceiro ponto diz que, quando for constatada a falsidade das declarações, deve haver remoção de ofício, ou seja, por decisão proativa, ou por notificação da vítima quando a imputação permanecer disponível em plataformas digitais, sob pena de responsabilização.

O relator do caso, Edson Fachin, defendeu deixar claro em que condições pode haver responsabilização e retirada de conteúdo com informações comprovadamente injuriosas, caluniosas, difamatórias ou mentirosas.

O julgamento seria retomado nesta quinta com o voto do ministro Flávio Dino, que havia pedido mais tempo para analisar o caso. Com a negociação em torno do texto, ele afirmou que não seria mais necessário fazer uso do tempo de vista.

A matéria teve repercussão geral reconhecida, e, assim, a decisão será aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação.

Fachin propôs a mudança da



Os ministros em sessão plenária do STF Antonio Augusto/STF

tese inicialmente aprovada pelo colegiado para a retirada da obrigação de remover conteúdo com informações que comprovadamente caracterizem injúria, difamação, calúnia ou mentira.

A ação tinha sido decidida pela corte em novembro de 2023, com tese do ministro Alexandre de Moraes e mudanças propostas por Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin. O relator original era o ministro Marco Aurélio Mello, que ficou vencido, juntamente com a ministra Rosa Weber. Ambos consideraram que, se a empresa jornalística não emitisse opinião sobre a acusação falsa, não deveria estar sujeita a pagar indenização.

Como os dois hoje estão aposentados, e a discussão agora se dá em recurso, os substitutos deles participaram do julgamento. Com os recursos, o tema voltou ao debate em agosto de 2024. O jornal Diário de Pernambuco e a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), que é amicus curiae (parte interessada), pediram esclarecimentos sobre a decisão em que o STF confirmou sua condenação ao pagamento de indenização por divulgar informações falsas.

A alegação era que a redação havia ficado subjetiva e poderia abrir espaço a interpretação equivocada e inconstitucional, violando a liberdade de imprensa. A discussão começou depois que o Diário de Pernambuco foi condenado em um processo movido pelo ex-deputado Ricardo Zarattini (1935-2017). Ele processou o jornal por publicar em 1995 a falsa acusação de um entrevistado, o ex-delegado Wandenkolk Wanderley, de que ele fora o autor de um atentado a bomba em 1966.

Marcelo Rech, presidente executivo ANJ (Associação Nacional de Jornais), disse ter prevalecido o bom senso e a liberdade de imprensa.

"O relator foi muito feliz em conseguir conjugar diferentes po-



Os erros já são corrigidos pela imprensa assim que identificados. Assim, a tese pode até iluminar decisões de primeira instância que atentam contra a liberdade de imprensa, com condenações que acabaram sendo bastante elásticas contra os veículos

Marcelo Rech presidente-executivo da ANJ



Não ficou claro a partir de quais meios deve ser 'constatada a falsidade' da imputação. É preciso tomar cuidado para que a remoção de conteúdo se enquadre, exclusivamente, nas hipóteses legais, sem que haja cobranças abusivas de retirada de conteúdo que violem a liberdade de imprensa

Beatriz Canotilho Logarezzi e Igor Sant'Anna Tamasauskas advogados da Abraji no caso

siões e fazer jus a um texto que não coloca ameaças mais a atividades jornalísticas, com a compreensão de que atividade jornalística não é cartesiana, tem subjetividades e nem sempre os veículos têm domínio de todas as circunstâncias. Ao caracterizar evidente dolo e má-fé, isso não é nada do que os jornais já fazem, preocupados com a integridade da informação", afirma.

"Os erros já são corrigidos pela imprensa assim que identificados. Assim, a tese pode até iluminar decisões de primeira instância que atentam contra a liberdade de imprensa, com condenações que acabaram sendo bastante elásticas contra os veículos", diz Rech.

Os advogados Beatriz Canotilho Logarezzi e Igor Sant'Anna Tamasauskas representaram a Abraji no caso. Segundo eles, instâncias inferiores vinham aplicando de forma equivocada a tese fixada no ano passado, restrita a casos em que é veiculada entrevista com imputação falsa de crimes. Assim, o ajuste feito agora seria um avanço.

Eles afirmam que ainda há dúvidas sobre a tese no trecho sobre a remoção de conteúdo. "Não ficou claro a partir de quais meios deve ser 'constatada a falsidade' da imputação. É preciso tomar cuidado para que a remoção de conteúdo se enquadre, exclusivamente, nas hipóteses legais, sem que haja cobranças abusivas de retirada de conteúdo que violem a liberdade de imprensa."

Os advogados do ex-deputado Ricardo Zarattini, Rafael Carneiro e Felipe Corrêa, afirmaram que a tese equilibra os princípios de liberdade de expressão e direitos de personalidade, especificando os casos excepcionais de responsabilização.

"Ao manter a indenização no caso concreto, a corte verificou falha grave do veículo jornalístico no dever de apuração dos fatos e na ausência de direito de resposta ao ofendido."

Entidades repudiam perseguição e exposição de dados de jornalista do UOL

SÃO PAULO | UOL Entidades de defesa da liberdade de expressão e do combate à corrupção repudiaram nesta quinta (22) a perseguição e a exposição de dados pessoais do jornalista e colunista do UOL Thiago Herdy em um site apócrifo publicado na plataforma Wix.

Retirado do ar pela plataforma, o site trazia fotos da rotina do repórter, dados sigilosos de seu Imposto de Renda e informações falsas sobre motivações de seu trabalho.

O texto cita reportagens feitas em parceria com jornalistas do UOL sobre indícios de irregularidades em contratos emergenciais assinados na primeira gestão do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB).

"A Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) manifesta extremo repúdio ao caso, que se revela uma grave tentativa de intimidar e censurar o trabalho do jornalista, quando ele cumpria sua missão de investigar o uso de recursos públicos", escreveu a diretoria da entidade em nota.

Para a Abraji, "é urgente que as autoridades públicas investiguem o caso, identifiquem os mandantes da estratégia de perseguição e façam cessar as ameaças" ao repórter.

Para Katia Brembatti, presidente da associação, o caso deve ser tratado como um ataque ao trabalho da imprensa.

O diretor executivo do escritório brasileiro da ONG Transparência Internacional, Bruno Brandão, classificou como "extremamente graves as ações contra o jornalista do UOL e sua família, em clara e covarde retaliação contra suas reportagens".

Nunes disse não ver relação entre o episódio e sua administração. "Isso não tem o menor sentido."

Prefeitura investe em 50 bosques urbanos e no plantio de 120 mil árvores



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais



CIDADE DE SÃO PAULO

EstúdioFOLHA:

Folha de São Paulo

Quem mais perdeu

Valores, em R\$ milhões

	Valor previsto pelo governo	Valor no texto final	Diferença
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	16.679,7	13.718,9	-2.960,8
Ministério do Desenv. e Assistência Social, Família e Combate à Fome	291.310,2	288.367	-2.943,2
Ministério da Educação	200.490,2	197.752,1	-2.738,1
Ministério dos Transportes	30.754,8	29.321,8	-1.433
Ministério de Minas e Energia	10.171,2	9.555,8	-615,4
Ministério da Defesa	133.582,7	133.321,8	-260,9
Ministério das Cidades	18.959,8	18.792,8	-167,1
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	4.636,5	4.572,6	-63,9
Ministério das Relações Exteriores	5.092,9	5.037,4	-55,5
Ministério do Planejamento e Orçamento	3.707	3.687,8	-19,1
Ministério dos Povos Indígenas	1.299,8	1.289,7	-10,1
Ministério da Fazenda	27.242,9	27.235,2	-7,7

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2025

Orçamento reduz poder do governo sobre emendas

Valor de recursos destinados a parlamentares tem ligeira queda para R\$ 50,4 bilhões, mas lei amplia volume das impositivas

João Gabriel e Fernanda Brigatti

BRASÍLIA A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) de 2025, aprovada na tarde desta quinta (20), reduziu o poder do governo federal sobre as emendas parlamentares e ampliou o poder do Congresso Nacional.

O valor total das emendas caiu ligeiramente em relação a 2024, de R\$ 53 bilhões para R\$ 50,4 bilhões, em valores nominais.

Mas a LOA deste ano ampliou o volume de emendas impositivas (individuais e de bancada): de R\$ 26,3 bilhões (49% do total) para R\$ 39 bilhões (77%).

Emendas impositivas são as que o Executivo é obrigado a pagar, sem poder bloqueá-las ou contingenciá-las, medidas que poderiam ajudar o governo Lula (PT) a reduzir gastos e cumprir a meta fiscal.

O restante das emendas do Orçamento de 2025, R\$ 11,5 bilhões, ficou para as de comissão, cujo pagamento o governo pode evitar, mas que são criticadas pela falta de transparência.

A falta de controle e governança é o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a investir contra o mecanismo.

Nos últimos anos, as emendas se tornaram uma forma de o Con-

gresso ampliar a ingerência sobre o Orçamento da União, enquanto parlamentares as utilizam para alimentar redutos eleitorais — em muitos casos, com suspeitas de fraudes e irregularidades.

Há casos como o do Ministério do Esporte, que em 2024 teve 74% de seus recursos sob controle do Legislativo.

No total, desde 2020 (quando o uso do mecanismo explodiu), as emendas movimentaram R\$ 150 bilhões: R\$ 74 bilhões, das individuais, R\$ 29,5 bilhões, de bancada e R\$ 36,5 bilhões, de relator.

Essa última categoria foi impulsionada pelo ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e deu origem ao orçamento secreto, por esconder a autoria do verdadeiro parlamentar que indicava a destinação dos recursos.

Elas foram derrubadas pelo STF em 2022, e Lira passou a ampliar o uso das de comissão.

A tensão entre Congresso e STF em razão das emendas teve o ápice no segundo semestre de 2024, quando o ministro Flávio Dino bloqueou o pagamento dos recursos, acionou a Polícia Federal (PF) para apurar fraudes e fez exigências de maior transparência.

Um dos alvos de Dino foram as emendas de comissão. Ele determinou que elas precisariam ser

votadas pelas comissões e ter seus autores revelados.

Como mostrou a revista piauí, Lira manobrou e, com apoio dos partidos, destinou os recursos por indicação coletiva dos líderes.

STF e Congresso chegaram a acordo para que fossem editadas normas para regulamentar a tramitação das emendas, com mecanismos de transparência e obrigatoriedade de que os autores das indicações fossem públicos.

Já em 2025, o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), aprovou resolução que deveria criar governança para estes recursos, mas, na prática, manteve sob sigilo os nomes dos parlamentares.

A nova regulamentação exige indicação dos autores das emendas, mesmo as de comissão, mas permite que os líderes façam indicações em nome das siglas, sem revelar de quem partiu a destinação.

O mecanismo foi chamado por críticos de "emendas dos líderes", e o PSOL acionou o STF para que ele seja derrubado.

Para conseguir avançar com o Orçamento de 2025, a atual ministra da Secretaria de Relações Institucionais acordou o pagamento de mais de R\$ 6 bilhões em emendas.

Cotidiano

Folha de São Paulo

Em meio à incerteza, BC faz opção pela segurança

Autoridade monetária eleva juros para 14,25% e indica ritmo menor de alta daqui em diante, mas com atenção à inflação acima da meta; tarefa é mais complexa devido a turbulências internacionais

O Banco Central decidiu na quarta-feira (19) elevar sua taxa de juros em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, como esperado. Mais importante que a medida, foi o comunicado em que a autoridade monetária dá explicação preliminar sobre suas razões.

Em resumo, a nova direção do BC, agora com maioria indicada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), agiu de modo adequadamente convencional, demonstrou preocupação com a inflação ainda alta e passou a impressão de que vai se comportar de modo racional e seguro.

Uma parte dos analistas chegou a recear que a instituição pudesse se mostrar mais preocupada com o ritmo da atividade econômica do que com os preços.

Isto é, que revelasse a disposição de encerrar de modo precoce a campanha de subida da taxa básica de juros. Não foi assim.

No comunicado, afirma-se sem dúvida que a majoração da Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária, marcada para o início de maio, será menor do que a das últimas decisões.

Quanto ao encontro de meados de junho, a questão fica em aberto, ainda mais dependente de dados. No entanto reafirmou-se que o conjunto de riscos aponta para uma inflação em alta, entre outros sinais de preocupação com o descumprimento da meta.

Isto é, depois de três aumentos de juros emergenciais, a campanha continua, mas em ritmo menos intenso. O passo da Selic poderia ser ajustado dado que o

aperto monetário já foi significativo, restringe a atividade econômica de modo "incipiente" e por que a política do BC opera com defasagem, com efeitos maiores daqui a até um ano e meio.

Ainda é elevado o IPCA previsto, de 3,9% anuais no terceiro trimestre de 2026, momento mais relevante para a consideração dos efeitos dos juros — a meta é de 3%. O órgão ganhou tempo para averiguar se esses efeitos nas expectativas inflacionárias vão se tornar mais notáveis nos próximos meses. Agindo de modo ligeiramente conservador, pode conter as previsões.

A tarefa é mais complexa devido a turbulências na economia internacional. Também na quarta, o Fed, o banco central dos Estados Unidos, decidiu manter a

Ainda não se sabe o que Donald Trump fará com impostos de importação ou mesmo da política externa, o que pode tumultuar o ambiente financeiro. Aqui, ainda se receia que Lula tente estimular a economia com mais gasto do governo

taxa básica em torno de 4,3% ao ano. Reduziu de 2,1% para 1,7% a projeção de crescimento do PIB e elevou a de inflação de 2,5% para 2,7% em 2025. Indicou ainda que deve cortar juros em pelo menos duas ocasiões, neste ano.

Trata-se, pois, de cenário de pouso suave, mas sujeito a solavancos. Ainda não se sabe o que Donald Trump fará de impostos de importação, do enorme déficit público ou mesmo da política externa, o que pode tumultuar o ambiente financeiro.

A incerteza persiste lá e aqui — ainda se receia que o governo brasileiro possa tomar medidas de estímulo fiscal e de crédito a fim de evitar a desaceleração da economia. Nessa conjuntura, o BC optou pela segurança. Ao menos uma boa notícia.

Veículo

Tamoios News
Nova Imprensa
Diário Caiçara
Jornal do Litoral
Notícias das Praias
Ubatuba Times



Caraguatatuba investiga gastos irregulares de R\$ 8,7 milhões do fundo trabalhista de funcionários da João Marchesi para outras despesas

O governo municipal de Caraguatatuba investiga o uso indevido de R\$ 8,7 milhões que deveriam estar reservados para garantir o pagamento de direitos trabalhistas de funcionários da Organização Social João Marchesi, responsável pela gestão de unidades de pronto atendimento e unidades de saúde do município. O montante, provisionado em conta vinculada ao Banco do Brasil (agência 1741-8 conta 44889-3), foi utilizado para pagar despesas operacionais e fornecedores.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News



Coren-SP realiza Fórum de Qualidade do Ensino Técnico de Enfermagem em Caraguatatuba

O Coren-SP promoveu, no último dia 17 (segunda-feira), o Fórum Regional de Qualidade do Ensino Técnico em Enfermagem, no Centro Universitário Módulo, campus Martins de Sá, em Caraguatatuba, em parceria também com a ABEn Seção São Paulo. O evento integra as realizações do projeto Capacita +, que prevê aprimoramento contínuo a profissionais de nível médio no litoral e no interior.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Caraguatatuba retoma Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca após quatro anos

A retomada do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Caraguatatuba, após quatro anos sem atividade, foi um momento histórico para o município e um passo significativo para o fortalecimento de duas das principais atividades econômicas da cidade, que são a pesca e a agricultura.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
Radar Litoral
G1 Vanguarda



Carreta tomba na Tamoios e trânsito é desviado por acostamento para limpeza da pista

Uma carreta carregada de carbonato de cálcio tombou, na madrugada desta sexta-feira (21/3), na altura do km 65 da Rodovia dos Tamoios, trecho de planalto, no sentido São José dos Campos. O trânsito ficou bloqueado nesta manhã entre 6h20 até 7h20 para a limpeza da pista, com trânsito desviado por acostamento.

O acidente aconteceu às 3h30. Não houve vítimas.

Por volta das 8h, o fluxo foi liberada em uma pista. A outra pista está em procedimentos de limpeza.

Veículo
Diário Caiçara
Jornal do Litoral



Denúncia do Shopping Serramar resulta em operação contra estelionato; seis são presos e carros de luxo são apreendidos.

Entenda

Seis pessoas foram presas em uma operação contra os crimes de estelionato e lavagem de dinheiro na região do Litoral Norte, Santos, São Paulo e Vale do Paraíba, na manhã desta quinta-feira (20/03).

Leia a matéria completa [aqui](#)

Clipping Eletrônico

27.02.2025

Entrevista com o Presidente da Fundacc, Adba Cuba para a TV Câmara.

Pauta: Desfile do corso abre as festividades de carnaval em Caraguatatuba.



Assista a reportagem completa [aqui](#).